

HABEAS CORPUS Nº 485.119 - SP (2018/0339373-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : RAUL CARVALHO NIN FERREIRA - SP267262
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON DE SOUSA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ANDERSON DE SOUSA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0000530-96.2012.8.26.0191.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 344 do Código Penal (coação no curso do processo), à pena de 4 anos de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 40 dias-multa (fls. 290/294).

Inconformada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual deu provimento ao recurso para reduzir a pena ao patamar de 2 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão em regime inicial semiaberto, nos termos o acórdão juntado às fls. 360/370.

No presente *mandamus*, a impetrante sustenta, em síntese, que foi desproporcional o aumento da pena-base e que o paciente faz jus à fixação de regime mais brando.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a redução da pena e a fixação de regime mais brando.

Indeferido o pedido de liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *writ* (fls. 477/478).

É o relatório.

Decido.

De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de origem, "*a sanção privativa de liberdade (Execução nº 04) referente à ação penal em comento foi*

julgada extinta em razão de seu cumprimento integral" (fl. 451).

Destarte, considerando que o cumprimento da pena impõe a extinção da punibilidade do condenado, revela-se prejudicado o presente writ, consoante o disposto no Enunciado n. 695 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: "*Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.*"

Na mesma esteira são os julgados deste Sodalício:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. CONCESSÃO DE INDULTO. EFEITOS EXTRAPENAIIS. PREJUDICIALIDADE DA IMPETRAÇÃO. SÚMULA 695 DO STF. PERDA DE OBJETO.

1. O cumprimento integral da pena é causa de prejudicialidade da impetração, independentemente da tese defendida, pois ausente risco remanescente à liberdade de locomoção, nos termos do que dispõe a súmula 695 do STF.

2. Impossibilidade do recebimento do presente writ como revisão criminal de julgamento final não proferido por esta Corte (art. 105, I, "e", da CF).

3. Agravo Regimental improvido. (AgRg no HC 303.589/SE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 20/08/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA. WRIT EXTINTO EM FACE DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DA PENA. SÚMULA 695/STF. AGRAVO DESPROVIDO.

01. "Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade" (Súmula 695/STF).

02. Agravo desprovido. (AgRg no HC 102.493/DF, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 03/08/2015)

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

